

REFLEXÕES SOBRE INCLUSÃO COM RESPONSABILIDADE¹

Marcos José da Silveira Mazzotta

Para expor algumas idéias a respeito desse importante tema, de início assinalamos nossa convicção de que a inclusão, ou seja, a convivência respeitosa de uns com os outros, é essencial para que cada indivíduo possa se constituir como pessoa ou como sujeito e, assim, não venha a ser meramente equiparado a qualquer coisa ou objeto. Entendemos que o reconhecimento do valor de cada um implica ultrapassar o âmbito da igualdade formal como princípio da democracia social; implica agir em direção à mais ampla igualdade de oportunidades possível, sabendo-se que sua concretização se dá em situações específicas, historicamente determinadas.

Nessa linha de reflexão, cabe lembrar que a busca do homem pela liberdade, no plano individual, e pela igualdade de direitos e de oportunidades, no espaço social, é elemento essencial à construção de sua identidade pessoal e social. Sua participação nas comunidades locais e regionais não pode ser ignorada ou diminuída, quer em suas relações cotidianas quer na elaboração, discussão, entendimento e aplicação das políticas sociais públicas.

A ninguém é lícito, pois, ignorar a responsabilidade por sua própria inclusão e dos demais nos mais variados espaços sociais. Mesmo porque o respeito a si e ao outro se revela nas atitudes e ações manifestadas direta e indiretamente nas relações humanas privadas ou públicas, pondo em causa sempre a obrigação de responder pelo que diz ou faz, isto é, a sua responsabilidade em quaisquer situações da vida social.

Ao alertar para a grande diferença entre quem e o que alguém é, Hannah Arendt, filósofa alemã falecida em 1975 nos Estados Unidos, em sua importante obra *A condição humana*, nos auxilia a compreender que os homens apresentam-se ao mundo humano mostrando suas identidades pessoais e singulares na ação e no discurso, “enquanto suas identidades físicas, sem qualquer atividade própria, são reveladas na conformação singular do corpo e no som singular da voz”. A autora pondera, também, que essa revelação de “quem alguém é” ocorre na convivência humana e não propriamente quando as pessoas estão a favor ou contra as outras.

Com essa compreensão, é importante atentarmos para possíveis artimanhas ou mecanismos ideológicos que, muitas vezes, em nome da superação das desigualdades sociais, culturais, econômicas e políticas, mascaram diferenças individuais, acenando para uma inclusão radical ou incondicional. Haja vista que a adesão a essa ideologia tem motivado algumas pessoas e até mesmo movimentos sociais a agir de forma a impor suas verdades particulares em detrimento do respeito ao outro.

1 Simpósio Internacional sobre Deficiência Visual – América Latina e Inclusão Social: Avanços e Desafios Futuros, São Paulo, 28 set. 2005, promovido por ASSOCIAÇÃO LARAMARA.

Temos denominado inclusão selvagem tal posição, na medida em que propõe a redução, e até mesmo a extinção, de auxílios e serviços especiais. Isso revela uma perversa desconsideração das reais condições individuais e sociais de significativos segmentos da população que deles ainda possam necessitar, o que tem mais se prestado à sua marginalização e exclusão. Empregamos tal expressão particularmente em referência aos recursos escolares, mas, de igual modo, ela se aplica aos demais bens e serviços sociais.

Oportuno ressaltar que entre os mencionados segmentos encontram-se incontáveis pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas, que, muitas vezes, em suas relações no meio físico e social apresentam necessidades especiais que, em vez de serem ignoradas, desde que atendidas apropriadamente, consolidam situações de vida favoráveis à sua inclusão na família, na escola, no trabalho, no lazer etc.

No espaço público, pois, a igualdade de desiguais precisa ser assegurada sob certos aspectos e por motivos específicos, já que ela não decorre da natureza humana. Daí ser indispensável a participação social de todos na produção, gestão e uso dos bens e serviços de uma sociedade democrática.

Assim sendo, aquele que fica separado dos demais, isolado, privado de sua capacidade de agir, está socialmente morto. É precisamente em razão disso que o respeito à *diversidade* e a prática de *cooperação e solidariedade* devem ser os sólidos pilares da edificação de uma ordem social que priorize a construção do outro como sujeito e cidadão.

Como tão bem já salientou Anthony Giddens, “A democracia não é panacéia, trata-se de um meio para capacitar os indivíduos a conviver em condições de comunicação e respeito mútuos”.

Vale lembrar aqui, também, o sociólogo francês Alain Touraine, reconhecido mundialmente, que em uma de suas importantes obras coloca a seguinte questão:

Como combinar o reconhecimento das diferenças e a afirmação de um princípio universalista de igualdade entre todos os seres humanos?

O próprio Touraine nos indica uma resposta tríplice. É preciso, diz ele: **em primeiro lugar**, o reconhecimento da *diversidade*, e que se afaste toda homogeneização, toda negação da diferença; **em segundo lugar**, o reconhecimento das diferenças que seja compatível com as atividades instrumentais independentes das culturas nas quais são executadas; **em terceiro lugar**, o reconhecimento, em toda sociedade, *dos direitos humanos fundamentais em referência ao sujeito*.

Nessa exposição temos reiterado que a principal característica do ser humano é a pluralidade, e não a uniformidade, e, com isso a lembrança de que cada um conhece e interpreta o mundo com olhar muito particular. No entanto, não nos parece demais destacar que há situações biopsicológicas tão singulares que evidenciam ainda mais a relevância da consciência dessa fecunda diversidade nos grupos humanos.

Muitas vezes, seja por incompreensão ou por irresponsabilidade, a adoção de um princípio é proclamada sem que se dê conta de que sua efetivação exige condições favoráveis, que precisam ser identificadas e, em grande parte, ser criadas. Não raro, as circunstâncias que ampliam as desigualdades ocorrem em resultado do exercício arbitrário do poder econômico e político.

Em tal contexto não surpreende o freqüente recurso ao uso de *slogans* e de metáforas que muito pouco ou nada têm contribuído para as necessárias e urgentes transformações socioeducacionais. É pre-

ciso que se deixe de impor *slogans*, como, por exemplo, na área da educação, “**professor especializado em todos os alunos**”, e *metáforas* tais como “**casca**ta” e “**caleidoscópio**”, para, então, serem consolidadas intenções realísticas mediante uma objetiva política educacional voltada para a inclusão social.

Quando nos referirmos aos alunos e às escolas, devemos estar alertas para o fato de que os mesmos são identificados por seus *papéis sociais* e não por sua configuração individual isolada de uma contextualização social e cultural. Como *papéis sociais e atores culturais*, em suas relações recíprocas surgem necessidades e respostas condicionadas pelo contorno dinâmico e atuante de seu meio ambiente.

Com relação ao *papel da escola*, historicamente construído, sabemos que o mesmo tem sido cada vez mais diluído e difuso, tornando-se de difícil apreensão, particularmente em relação à educação básica. Quanto à *inclusão escolar*, há muitos que a interpretam como ação impraticável. Para tantos outros, trata-se de medida a ser imposta a todos, em quaisquer circunstâncias individuais ou institucionais.

Como, então, agir com responsabilidade a favor da inclusão?

Tradicionalmente alvo de mecanismo e procedimentos de segregação e até mesmo de exclusão do sistema escolar, o educando que apresenta necessidades educacionais especiais, seja em relação a condições pessoais ou à instituição escolar em interação, demanda ações e medidas efetivas, que ultrapassam em muito a defesa “**incondicional**” da denominada educação inclusiva. Na busca de educação que contemple a diversidade dos educandos, particularmente os com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas, podem-se observar grande controvérsia e confusão nos diversos *posicionamentos teóricos e político-ideológicos oficiais, além de uma polarização* entre *visão estática e visão dinâmica* das relações entre o educando e a educação escolar. A visão estática é a que se caracteriza por uma correspondência linear entre as supostas condições individuais do aluno e condições gerais da escola.

Defendemos a abordagem dinâmica como aquela que, baseada no princípio da não segregação, ou da inclusão, possibilita a melhor compreensão da relação concreta entre o educando e a educação escolar, já que comporta a organização de situações de ensino-aprendizagem mais condizentes com necessidades educacionais a atender, sejam elas comuns ou especiais.

Não podemos nos esquecer de que há situações escolares que podem requerer significativas intervenções e recursos diferenciados ou mesmo especializados para atender apropriadamente às necessidades educacionais de alguns alunos. E, para demandas educacionais escolares muito diferenciadas, das que freqüentemente se apresentam, são esperadas providências, medidas e recursos educacionais escolares diferenciados ou especiais em relação àqueles que já se encontram estruturados e disponíveis para utilização.

Finalizando essas reflexões sobre inclusão com responsabilidade, acreditamos que na *concretização da educação escolar* poderá ser melhor se utilizar diferentes auxílios e serviços educacionais, que venham de fato atender bem às necessidades dos alunos. Isso é melhor do que colocá-los em uma única, esplêndida e especialíssima escola, mas onde todos fiquem sem as competentes respostas às suas necessidades básicas de aprendizagem para uma vida digna e feliz.

Referência

FADERS. Disponível em: <http://www.faders.rs.gov.br/politica_gestao_inclusao_escolar.php>. Acesso em: 28 ago. 2006.

Marcos José da Silveira Mazzotta

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento na Universidade Presbiteriana Mackenzie; livre-docente da FEUSP; membro-fundador do LIDE/IPUSP.

Recebido em 30 de maio de 2008

Aprovado em 18 de junho de 2008